

Arno Wehling

O conflito ou, mais especificamente, a guerra entre diferentes grupos (sejam eles comunidades, sociedades ou povos) é tema obrigatório na antropologia e na história. É recorrente a indagação de especialistas de ambos os campos sobre se a guerra constitui uma característica universal das sociedades, encontrando-se em todas elas, ou se é um fenômeno que, embora frequente, não é absolutamente geral.

Não é preciso responder a esta pergunta, que entra pelo terreno escorregadio da ontologia, para admitir que a guerra seja um fenômeno cultural.

Universal ou não, uma guerra ocorre no âmbito de práticas sociais, hábitos, valores e estruturas cognitivas, (LEE, 2011 p. 3), dentre outras variáveis, de uma ou mais culturas. Estas por sua vez pressupõem um “repertório de escolhas” que condicionam as opções individuais ou coletivas e que se exteriorizam não apenas em palavras, mas em ações não discursivas.

A inserção da guerra num determinado contexto cultural implica pelo menos três aspectos:

a) Em relativizá-la, não naturalizá-la. Como outras variáveis da vida em sociedade, ela não é um fenômeno *natural* – já que afastamos a discussão da sua universalidade – mas relativa a cada uma das

A Guerra como fenômeno cultural.

O Caso Luso-Brasileiro

culturas em que ocorre. Por via de consequência, sua ocorrência e suas características não podem ser absolutas. Supor um padrão ou protocolo invariável remete necessariamente para uma presumida realidade co-natural. Ou como diz Fuller, um clássico do tema:

“na guerra não vos deixeis aprisionar de forma alguma ao absoluto. Não vos ateis a acordos ou decisões irrevogáveis. A ação deve, em toda parte e sempre, ser adaptada às circunstâncias e estas são sempre variáveis.” (FULLER, 2002, p. 15)



b) Em compreender o caráter complexo e em consequência muito diferenciado dessa variação. Na conclusão de seu livro *Uma história da guerra*, John Keegan considera a cultura “fator determinante e fundamental da natureza da guerra”. (KEEGAN, 401). Isso, a partir da análise de diversificadas situações históricas, o que torna na frase a expressão “natureza” sinônima de “característica”, de acordo com a lógica do autor. Keegan chega a delinear um modelo oriental e um modelo ocidental de guerra na antiguidade. Quincy Wright, por sua vez, baseando-se na tipologia de Toynbee, considera o maior ou menor grau de belicosidade das diversas culturas, originado na evolução histórica peculiar a

cada sociedade. (WHRIGHT, 1988, p.37) Mas não precisamos comparar culturas tão diversas. Em seu estudo sobre o tema, Dawson procurou mostrar como na cultura ocidental existe uma diferença profunda entre a guerra grega e romana, com seus valores marciais associados à própria constituição institucional das sociedades e a atitude moderna ante a guerra derivada das concepções iluministas, imbuídas da filantropia secentista (DAWNSON, 1996, p.185).

c) Em admitir a existência de diferentes atribuições de significado à guerra. Eles derivam da percepção dos próprios adversários ou da percepção que os pósteros tiveram sobre a guerra por eles travada. Ademais, essa variação pode ser em menor grau, se os contendores têm referências (hábitos, valores, estruturas cognitivas), meios tecnológicos ou tamanhos de exércitos semelhantes, ou maior, se esses elementos diferirem de forma acentuada. Uma simplificação radical dessa perspectiva é a classificação positivista e evolucionista spenceriana de dois grandes tipos de sociedades, as militares da maior parte da história, intensamente belicosas e as industriais modernas, que seriam intrinsecamente pacíficas. Não deixa de ser irônico observar que neste mesmo contexto cientificista afirmou-se o darwinismo social, cuja tese de “luta pela vida” – struggle for life - e sobrevivência dos mais aptos deitaria por terra as idealizações iluministas e justificariam muito das conquistas coloniais do século XIX e das guerras do século XX.

Não se pode ignorar que as diferentes percepções incluem não apenas os contendores diretamente envolvidos – os guerreiros ou exércitos – mas a população civil em seus diversos segmentos. A atitude desta em relação à guerra e aos combatentes pode obviamente influenciar o desenrolar dos eventos militares. Lembremos o quase alheamento da população rural medieval a muitos conflitos travados entre senhores feudais ou, ao contrário, o grau de envolvi-

mento da população civil nos movimentos de resistência ou de colaboração durante a segunda guerra mundial.

Por isso uma obra coletiva recente, coordenada pelo historiador Wayne E. Lee, parte da premissa, talvez exagerada para efeito de argumentação, que até aqui os historiadores militares valorizaram o aspecto tecnológico da guerra, revelando-se menos interessados nas ideias e nas referências culturais que movem os homens. Em lugar dessa perspectiva propõem o que denominam *novo paradigma*, isto é, saber como as sociedades percebem a guerra, o armamento, a violência, o serviço militar e outras concepções com efeitos militares (LEE, 2011, p.1) e como tal compreensão influenciou as opções propriamente militares, como as estratégicas, táticas, operacionais e logísticas.



Wayne E. Lee

Quer se trate de um novo paradigma ou apenas o acréscimo de nova perspectiva ao campo teórico-metodológico da história militar, é relevante considerar o fenômeno *guerra* inserido nas relações culturais. Um caminho possível para compreender essas relações é identificar no conflito a *interação* entre duas ou mais forças oponentes, gerando interinfluências constantes, mesmo quando negadas pelos participantes, por exemplo, pela necessidade de autoafirmação. Em determinado grau tais interinfluências podem transformar-se em *assimilação*, quando elementos de uma cultura são incorporados à de sua rival.

Conflito, adaptação e assimilação de práticas sociais, conceitos corriqueiros na sociologia e demais ciências humanas, são também pela força de sua incidência social constantes na história da guerra, como ela se manifestou em diferentes culturas e momentos históricos.

Na guerra entre sociedades com aproximadamente as mesmas características culturais, o conflito pode assumir enormes proporções – até mesmo a destruição total

do adversário – mas a adaptação e eventual assimilação em geral se limitam a traços tópicos, uma vez que as práticas sociais, militares ou não, são assemelhadas. A afirmação pode não corresponder a uma realidade absoluta, mas reflete tendência estatisticamente relevante.

Ao contrário, no conflito entre sociedades diversas, de que há muitos exemplos nos processos de dominação colonial, a regra se inverte e a assimilação ocorre também tendencialmente, de modo muito mais intenso.

O caso luso-brasileiro pode servir de laboratório para testar a hipótese da qual partimos: a guerra se dá no âmbito de práticas sociais, hábitos, valores e estruturas cognitivas que são submetidas a um “repertório de escolhas” expressas tanto em palavras quanto em ações não discursivas.

A diversidade cultural entre muitos dos oponentes acentua as diferenças entre todas aquelas variáveis. Se considerarmos apenas os beligerantes europeus no Brasil – portugueses, franceses, espanhóis, holandeses e outros europeus engajados como mercenários (alemães, poloneses, italianos) – a diversidade é menor ou mesmo irrelevante. Mas se levarmos em conta os diferentes povos indígenas em conflito entre si e com os europeus, ou os ex-escravos aquilombados, acentua-se muito o grau de diversidade das práticas militares.

Diferenças na quantidade dos respectivos contendores, na destreza do uso de seus armamentos, na qualidade da liderança, na motivação dos envolvidos e na competência estratégica e tática decidiam as contendas como em qualquer guerra, mas no quadro geral de maior ou menor distância cultural. Esta se caracterizava pela interação constante de elementos culturais distintos, sem deixar de produzir marcas duradouras nas diferentes culturas militares, com a assimilação desses traços.

A hipótese aqui proposta é a de que a maior diferença cultural entre os

contendores aumenta a possibilidade de existirem casos de adaptação e assimilação de traços culturais. Nesse *encontro de culturas* ocorrido no solo americano, em escala até então inédita e que já foi denominado quase eufemisticamente “intercâmbio euro-indígena”, houve não apenas miscigenação e interinfluência social, psicológica e econômica, mas também nas concepções e práticas militares.

Ocorreram conflitos tipicamente europeus no mundo colonial, como os choques de fronteira a oeste e ao sul entre portugueses e espanhóis, a expulsão dos holandeses da Bahia, em 1625, pela esquadra luso-espanhola de D. Fradique de Toledo Osório, as invasões francesas do Rio de Janeiro em 1710 e 1711. Ou, no âmbito dos primeiros habitantes, conflitos tipicamente autóctones, como as guerras indígenas que precederam a colonização. Uma dessas batalhas entre indígenas nas proximidades do Rio de Janeiro, à época da invasão liderada por Villegaignon, foi descrita pelo pastor calvinista Jean de Léry com admiração pela beleza trágica do que viu, experiência tão diversa, mas não menos sanguinária do que a da França das chamadas guerras de religião:

“...embora tenha visto muitas vezes regimentos de infantaria e cavalaria nos países europeus, com seus elmos dourados e suas armas reluzentes, nunca espetáculo de combate me deu tanto prazer aos olhos. Mas além da diversão de vê-los saltar, assobiar e manobrar com destreza para todos os lados, causava encanto o espetáculo de tantas flechas emplumadas de vermelho, azul, verde e outras cores brilhando aos raios de sol.”
(Léry, 1961, 172)



Jean de Léry

Os conflitos mais intensos, todavia, se deram com as várias guerras entre portu-

gueses e indígenas, primeiramente no litoral, ao longo do século XVI e posteriormente no interior à medida que adentrava a colonização. E o resultado não era necessariamente favorável ao colonizador, como pressupôs em raciocínio teleológico boa parte da historiografia colonial. O litoral da atual Bahia e do Espírito Santo nos dois primeiros séculos foi local de árdua disputa, com vasto controle territorial indígena entrecortado de enclaves portugueses. Os mapas dessa época em geral deixam à mostra a exagerada presunção de que os portugueses dominavam uma faixa contínua do território litorâneo entre a foz do Amazonas e o litoral de Santa Catarina, desconsiderando o tamanho dos hiatos intervalares (WEHLING & WEHLING, 2012, p. 11).

Também a prolongada existência do quilombo de Palmares no século XVII e a posterior recorrência do fenômeno demonstram a continuidade de outro modelo de conflito. Os exemplos se multiplicam, como a chamada “guerra guaraníca”, em que se uniram os exércitos português e espanhol contra os indígenas das missões jesuítas; as campanhas contra os anicuns, caiapós e tapirapés em Goiás; os paiaguás em Mato Grosso; os manaus e maiapenas, em São José do Rio Negro; e a denominada “guerra dos bárbaros” que opôs portugueses e luso-brasileiros aos janduíns no Rio Grande do Norte. Ainda no início do século XIX o príncipe regente D. João, já com a Corte no Rio de Janeiro, decretou formalmente a guerra aos botocudos.

Em qualquer de suas formas, constatamos que nas ações militares coloniais há várias formas de adaptação e assimilação que mostram a riqueza das situações ensejadas pelos conflitos e a presença constante das variáveis culturais nesse processo.

Caso emblemático é o das entradas e bandeiras. Os sertanistas que durante dois séculos adentraram o país eram majoritariamente frutos de intensa miscigenação euro-indígena, com a interação constante

de práticas sociais, hábitos e costumes portugueses, espanhóis e indígenas. A assimilação pelos mamelucos paulistas de elementos culturais de origem europeia e indígena se estendia às práticas guerreiras. A bandeira era uma unidade militar em marcha, na qual as normas jurídicas se subordinavam à situação de potencial conflito. Charles Boxer chamou a atenção para sua adequação pelo menos em tese ao modelo institucional português, atribuindo à bandeira um caráter paramilitar (BOXER, 1963, p. 110).

Em 1574, essa estrutura foi confirmada no Regimento das Ordenanças, cujo artigo 11 definia que cada Companhia teria 250 homens divididos em 10 esquadras. Seria liderada por um capitão, responsável pela “bandeira da ordenança”, termo que no Brasil se estendeu à própria unidade militar. (MENDONÇA, 1972, vol. I, p. 161).

As circunstâncias coloniais ditaram organizações muito diversificadas, distintas do modelo oficial. A bandeira de Antonio Raposo Tavares que em 1636 atacou a missão jesuíta do Tape, no atual Rio Grande do Sul, tinha 150 brancos ou mamelucos e 1500 tupis (TAUNAY, 1975 vol. I, p. 59). Muitos outros exemplos dessa heterogeneidade étnica e cultural poderiam ser acrescentados.

A incorporação do padrão militar europeu por indígenas e ex-escravos negros ou, ao contrário, a incorporação por europeus ou luso-brasileiros das práticas ou mesmo padrões militares daqueles foi fato relativamente frequente. Na invasão holandesa, tal se deu com a organização das companhias de índios de Poti ou Antônio Felipe Camarão e de ex-escravos negros de Henrique Dias. O primeiro, aliás tornado comendador da Ordem de Cristo pelo rei de Portugal e o segundo dando nome posteriormente a um dos regimentos coloniais, o “regimento dos Henriques”, isto é, incorporando-se ambos aos padrões sociais e militares da sociedade estamental tropicalizada (MELLO, 1975, p. 165).

Também ocorreram situações mais singelas, mas não desprovidas de importância, como a incorporação da rede indígena aos alforjes dos soldados europeus. Jean de Léry, que depois de sua estada no Brasil participou da guerra civil entre católicos e huguenotes que se seguiu à noite de São Bartolomeu, descreveu a experiência da inovação:

“lembrei-me de fazer um leito à moda dos índios americanos, pendurando um lençol amarrado em ambas as extremidades. (...) E não foi sem razão que... eu os preconizei para os soldados de guarda, porque são muito melhores dos que os enxergões nos quais sujam a roupa, se enchem de piolhos e de onde se erguem com as costelas machucadas pelas armas que trazem sempre à cintura”.(LÉRY,1961, p. 209)

A adaptação mútua de práticas de guerra entre indígenas e europeus foi corriqueira, ditada pela experiência e funcionalidade. O mesmo Léry anotou que para disparar um arcabuz os indígenas rapidamente aprenderam a divisão de trabalho, pois “enquanto um segura a arma, outro aponta e um terceiro põe fogo”, (IDEM, p. 168).

Os reflexos da diferença cultural sobre os conflitos coloniais explicitaram-se de modo cabal na chamada *guerra brasílica*. Longe de se referir apenas a *conflitos ocorridos no Brasil* a expressão *guerra brasílica* foi utilizada em diferentes ocasiões no sentido de um *modo próprio de guerrear*, no qual estiveram presentes em grau diversos elementos culturais muito distintos.

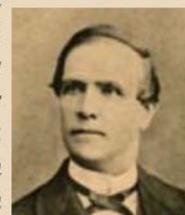
A insuficiência dos padrões militares europeus no Brasil colonial, gerou a necessidade de procedimentos diversos criativos e eficazes. (WEHLING, 1999). Dois deles, expressados na *guerra brasílica*, foram as *emboscadas*, isto é, as ações desenvolvidas por meio das “companhias de emboscadas” como se praticou na luta con-

tra os holandeses e o que se pode denominar *táticas heterodoxas de conflito direto*, ocorridas tanto na guerra luso-holandesa da Bahia e Pernambuco quanto na guerra luso-francesa pelo domínio do Maranhão, pouco antes.

Algumas das situações surgidas sublinham a importância dos fatores culturais na guerra. São eles:

d) A existência no Nordeste holandês de duplo conflito cultural, entre norte-europeus (holandeses, mercenários alemães) e americanos (luso-brasileiros, negros e indígenas) e entre norte-europeus e europeus meridionais (portugueses, espanhóis, italianos). A conclusão do relato do comissário Michael van Gol sobre a segunda batalha de Guararapes é auto-explicativa:

“A respeito do combate acima relatado, notei duas particularidades que em meu parecer merecem muita atenção: em primeiro lugar, as tropas do inimigo, saindo dos matos e detrás dos pântanos e outros lugares, têm a vantagem da posição, atacam sem ordem e em completa dispersão e se aplicam em romper diferentes quartéis. Em segundo lugar, as tropas inimigas são ligeiras e ágeis... elas se compõem de brasileiros, tapuias, negros, mulatos, mamelucos etc, todas as nações do país; aliás portugueses e italianos, têm muita analogia com os naturais da terra quanto à sua constituição, de maneira que atravessam e cruzam os matos e os pântanos, sobem aos montes... tudo isso com uma velocidade e agilidade, que são verdadeiramente notáveis; nós ao contrário combatemos formados e colocados da maneira que se usa na mãe-pátria ...”(VARNHAGEN,1975,vol. III, p. 111)



Francisco Adolfo de Varnhagen

Pouco mais de trinta anos antes o mesmo ocorrera nas praias do Maranhão, como narra Diogo de Campos Moreno, onde a tática e até a indumentária dos franceses contribuíram para a derrota destes na batalha de Guaxenduba (MORENO, 1907, p. 240).

e) A oposição entre uma guerra político-comercial e uma guerra de libertação onde elites locais em consonância com a metrópole, as demais camadas da população e populações a elas periféricas, como as comunidades indígenas, fizeram frente comum ante o invasor. Não obstante os holandeses terem tentado táticas de aproximação semelhantes, estas foram pouco duradouras, como a aliança com as elites locais, ou raras, como a

feita com os janduís do Rio Grande do Norte.

f) No conjunto, a oposição entre uma “guerra racionalista” à holandesa e uma “guerra sincrética” colonial. O cronista José de Mirales no século XVIII deu bem a medida do desprezo dos adeptos da primeira em relação à segunda, ao condenar as companhias de emboscadas e as demais táticas heterodoxas de combate como expedientes que negavam o caráter profissional da guerra. Mas esqueceu de que tais procedimentos decidiram o resultado do conflito e que quando não foram utilizados, como fez o veterano espanhol da guerra de Flandres, D. Luís de Rojas y Borja, em Mata Redonda, no ano de 1636, a batalha foi perdida.

Conclusão

O que se pode concluir das relações entre guerra e cultura?

Em primeiro lugar, sublinhe-se a necessidade de relativizar e não naturalizar os conflitos. De antemão deixemos em suspenso a questão da universalidade ou não do fenômeno “guerra”. Reiteremos que, para efeito de encaminhamento da questão, é indiferente o fato de admitirmos a sua existência em todas as culturas ou em algumas. Numa ou noutra hipótese o cerne da questão está no caráter “natural” ou “cultural” dos conflitos.

Na primeira acepção, as diferentes variáveis que caracterizam o fenômeno seriam limitadas e repetidas, de modo que se identificaria um conjunto de elementos a partir dos quais a guerra se desenvolveria. Esse padrão acompanharia a origem, o desdobramento e o fim dos conflitos.

Por tal abordagem, a guerra na antiguidade clássica, no século XX ou em qualquer outra época ou geografia teria a mesma “natureza”. Suas variáveis poderiam alterar-se somente em grau, frequentemente em função da tecnologia – por exemplo, a

letalidade de um combate corpo a corpo ou por armas de destruição em massa.

Já numa visão “cultural” da guerra – poderíamos denominá-la também “histórica” – os fatores propriamente culturais de cada sociedade seriam determinantes para seu desempenho militar e conseqüentemente para os resultados do conflito. Valores, práticas sociais, hábitos, relações entre o conjunto da sociedade e os seus guerreiros, ideologia, doutrina militar, recursos materiais, objetivos políticos e econômicos e obviamente tecnologia teriam de ser considerados, para encontrar não um “padrão natural”, mas justamente o inverso: as características peculiares dos conflitos e sua relatividade face ao local e à época.

Consequência dessa perspectiva relativista, entre outras, é o analista libertar-se do que pode ser chamado de “historicismo ingênuo”. Por ele muitas vezes se estabelece uma suposta linearidade histórica, “inevitável” (BERLIN, 1981: p. 45) filiando guerras a outras guerras no tempo, de modo que se trace uma “história da guerra” – como de outros tantos temas – partindo da mais remota antiguidade aos “dias atuais” do observador. Keegan lem-



Isaiah Berlin

brou uma lição metodológica básica ao dizer que o historiador é treinado para perceber a diferença, o que implica não poder aceitar que a batalha de Canas no terceiro século AC e as batalhas do século XX sejam expressões de um mesmo tipo (KEEGAN, 2000, p.24).

Por didática e mnemônica que seja – não neguemos sua validade pedagógica em determinadas situações, desde que devidamente controlada – a maneira linear de ver a guerra empobrece o objeto de estudo e impede uma análise mais aprofundada.



John Keegan

Isso nos conduz a duas outras conclusões, a da complexidade do fenômeno, que não pode ser dissociada

de seu corolário, a diferença de significado para contemporâneos e pósteros. É certamente um truísmo concluir que a guerra seja um fenômeno complexo, mas podemos mais uma vez lembrar Keegan: a guerra é complexa por ser uma atividade de Pro teu, com múltiplas formas e combinações, além de imprevisível (KEEGAN, 1998, p.72).

Pensemos na caracterização desse autor sobre os elementos da guerra no âmbito da cultura ocidental. Segundo ele existia um elemento *moral* originado dos gregos, com respeito ao ritual da guerra e da batalha face a face até a morte, que diferia da estratégia persa de evasão (KEEGAN, 1996, p. 403). Esse elemento *moral* teria passado aos romanos e destes para os germânicos, com uma variante tecnológica introduzida após a queda do Império, o uso sistemático da cavalaria. Fortemente diversa foi a ética da *guerra santa* desenvolvida na Idade Média, superando vários dos dilemas morais que encontramos nos guerreiros, filósofos e historiadores gregos e latinos – e, pode-se acrescentar, introduzindo outros como a *guerra justa* que vemos constantemente aplicada nas polêmicas produzidas pelos conflitos euros-indígenas das colônias espanholas e do Brasil.

No século XVIII encontramos nova transformação conceitual e cultural na atribuição

de significado à guerra: os iluministas passaram a criticar a belicosidade do ideal clássico de cidadania, substituindo-o por um ideal pacifista, humanista e comercial. O antagonismo mais claro entre guerra e comércio está no *Espírito das Leis*, quando Montesquieu opôs as duas atitudes, a do comerciante e a do guerreiro. Foi certamente imbuído nesta leitura e em outras semelhantes que no debate da constituição americana, em 1787, John Adams criticou Aristóteles e sua perspectiva negativa dos *metecos*, pronunciando-se a favor destes e contra os generais. A guerra, dizia ele, só seria admissível por segurança e defesa, não para ganhos ou glória. (DAWNSON, 1996, p.190).

Quando olhamos os conflitos do ponto de vista da assimilação de práticas culturais, por fim, constatamos que a introdução de traços ou elementos distintos – seja o cavalo, o arcabuz dos *tercios* espanhóis, os blindados de Guderian e De Gaulle ou mais prosaica e pacificamente a rede indígena adotada pelos exércitos europeus do século XVI, conforme a narrativa de Jean de Léry, corresponde a processos nos quais se evidencia uma tese de Kant. Não a da *paz perpétua*, mas a tese epistemológica segundo a qual existem fenômenos autônomos e heterônomos, ou seja, livres ou dependentes de uma rede de relações.

O grau de interseção entre guerra e cultura é de tal monta que só podemos concluir ser a guerra um fenômeno heterônimo e que para compreendê-la em sua diversidade “proteica”, o caminho mais seguro é o do estudo interdisciplinar. Além desse registro metodológico, é importante sublinhar que talvez o modo mais eficiente para compreender essa heteronomia da guerra seja o estudo dos conflitos que, como os vivenciados no Brasil colonial, envolvem elementos culturais tão distintos quanto os indígenas, europeus e africanos. É no *encontro de culturas* que surgem, em grau superlativo, as diferenças que particularizam ou mesmo singularizam a tipologia da guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERLIN, Isaiah. Inevitabilidade histórica, in *Quatro ensaios sobre a liberdade*, Brasília, UNB, 1981.

DAWNSON, Doyné. *The origins of western warfare*, Boulder-Oxford, Westview Press, 1996.

FULLER, J. P. C. *A conduta da guerra*, Rio de Janeiro, Bibliex, 2002.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*, São Paulo - Rio de Janeiro, Cia. das Letras-Bibliex, 1996.

War and our world, Nova Iorque, Vintage, 1998.

A face da batalha, Rio de Janeiro, Bibliex, 2000.

LEE, Wayne E. (ed). *Warfare and culture in world history*, Nova Iorque, New York University Press, 2011.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1961.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*, Rio de Janeiro-São Paulo, Forense-UDSP, 1975.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Regimento das Ordenanças (1574) in *Raízes da formação administrativa do Brasil*, Rio de Janeiro, IHGB-CFC, 1972.

MORENO, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão, in *Revista do Instituto do Ceará*, vol. XXI, 1907, p. 209-330.

TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. *História das Bandeiras paulistas*, São Paulo, Melhoramentos, 1975.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1975.

WEHLING, Arno. Guerra e encontro de civilizações. A questão da guerra brasileira. Lisboa, *Actas do XXVI. Congresso Internacional de História Militar*, Associação Internacional de História Militar, 1999.

WEHLING, Arno & **WEHLING**, Maria José. *Formação do Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

WHRIGHT, Quentin, *A guerra*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1988.

Curriculum Vitae

Arno Wehling

Graduado em História e em Direito, é Doutor em História e Livre Docente de História Ibérica (ambos pela USP), com Pós-Doutorado na Universidade Portucalense.

Professor Titular de Teoria e Metodologia da História (UFRJ), Professor Emérito de História do Direito e das Instituições (UNIRIO) e Professor Visitante nas Universidades de Lisboa e Portucalense.

Na gestão universitária foi Chefe de Departamento e Decano de Centro na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade Gama Filho, onde também foi Reitor.

Ocupa a cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Letras e foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sendo atualmente seu Presidente de Honra.